

10 — São permitidos, em solo rural, todas as tipologias de empreendimentos turísticos, que correspondem a estabelecimentos hoteleiros, nas tipologias Hotéis, desde que associados a temáticas específicas (saúde, desporto, actividades cinegéticas, da natureza, educativas, culturais, sociais, etc.) que contribuam para a valorização económica e ambiental do espaço rural, e Pousadas; Turismo de Habitação; Turismo no Espaço Rural (TER), em todas as tipologias; e Parques de Campismo e Caravanismo, nas seguintes condições:

a) Os hotéis, pousadas e hotéis rurais construídos de raiz:

- i) Mínimo de 3 estrelas;
- ii) Densidade máxima: 40 camas/ hectares;
- iii) Número máximo de camas: 150 camas;
- iv) Associar equipamentos de recreio e lazer de ar livre (campos de jogos, piscinas, percursos pedonais e ciclovias, etc.)
- v) Aos hotéis deve-se associar as temáticas específicas.

11 — É permitida a instalação de pequenas infra-estruturas ligadas às actividades colectivas de recreio, desporto e lazer, bem como edificações ligadas à prevenção e combate a incêndios florestais, desde que respeitem os parâmetros estabelecidos nas alíneas c), e) e f) do n.º 8 do presente artigo.

12 — É permitida a execução de infra-estruturas territoriais, designadamente, nos domínios dos transportes, do abastecimento de água e do saneamento, da energia e das comunicações.»

5 de Julho de 2011. — O Presidente da Câmara, *Francisco Ivo de Lima Portela*.

204881299

MUNICÍPIO DE VAGOS

Aviso n.º 14079/2011

Para os devidos efeitos se torna público que, por deliberação da Câmara Municipal, em reunião realizada no dia 07 de Junho de 2011, foi feito cessar o procedimento concursal comum para preenchimento de treze postos de trabalho na carreira/categoria de Assistente Operacional (Auxiliar de Acção Educativa), para constituição de relação jurídica de emprego público por tempo determinado — termo resolutivo certo, aberto por aviso n.º 14476/2010, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 140, de 21 de Julho.

1 de Julho de 2011. — O Vereador do Pelouro, *Dr. Marco António Ferreira Domingues*.

304867918

MUNICÍPIO DE VIANA DO CASTELO

Aviso n.º 14080/2011

Procedimento Concursal Comum para contratação de 1 posto de trabalho em regime de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado na categoria de Técnico Superior — Recursos Humanos.

No seguimento do procedimento concursal, publicado no *Diário da República*, 2.ª série n.º 217 de 09 de Novembro, na Bolsa de Emprego Público n.º OE 201011/0180 e no Jornal Público, n.º 30 de 11 de Novembro, todos do ano de 2010.

Decorrido o prazo de audiência aos interessados preceituado no n.º 1 do artigo 36.º da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de Janeiro, efectuada nos termos do artigo 30.º da mesma Portaria, verificou-se não ter havido qualquer pronunciamento por parte dos candidatos.

Assim, para os efeitos consignados no n.º 6 do artigo 36.º da referida Portaria, torna-se pública a Lista Unitária de Ordenação Final Homologada, do procedimento concursal em epígrafe, afixada na Secção de Administração de Pessoal da Câmara Municipal de Viana do Castelo e publicitada na página electrónica desta Autarquia em www.cm-viana-castelo.pt.

30 de Junho de 2011. — A Vereadora da Área de Recursos Humanos, *Ana Margarida Ferreira da Silva*.

304871546

MUNICÍPIO DE VILA DO CONDE

Louvor n.º 1370/2011

Para os devidos efeitos faz -se público que o Conselho Municipal de Educação, na sua primeira reunião realizada em 25 de Janeiro de 2011, deliberou atribuir um voto de louvor, à professora Maria da Conceição Guedes de Magalhães Correia, que exerceu as funções de docente de 1988 a 1993, de vice-presidente do Conselho Directivo de 1994 a 2004, de Presidente do Conselho Executivo desde 2004/2005 até Maio de 2009, data a partir da qual assumiu a cargo de Directora do Agrupamento Vertical de Escolas de Mindelo: “Face à aposentação da Professora Maria da Conceição Guedes de Magalhães Correia, o Conselho Municipal de Educação de Vila do Conde reconhece publicamente o notável trabalho que desde 1988 desenvolveu neste Concelho.

Pretendemos, assim, relevar as suas competências pedagógicas e de liderança, o seu profissionalismo, a sua dedicação e sentido de responsabilidade. Realçamos também o seu perfil individual caracterizado por grande humanidade, afabilidade no trato, bem como correcção de procedimentos em todas as situações.

Razões mais do que suficientes para que seja merecedora do nosso agradecimento e de um voto de louvor”.

01 de Julho de 2011. — O Presidente do Conselho, *Mário de Almeida*, engenheiro.

304867197

MUNICÍPIO DE VILA FRANCA DE XIRA

Regulamento (extracto) n.º 420/2011

Nos termos do artigo 130.º do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 442/91, de 15/11, publica-se a alteração ao Regulamento n.º 11/2007 — Regulamento do Programa de Apoio ao Movimento Associativo — PAMA, aprovada pela Assembleia Municipal na sua sessão ordinária de 2011/06/22, mediante proposta da Câmara Municipal, aprovada na sua reunião ordinária de 2011/06/01, conforme consta do Edital n.º 340/2011, datado de 2011/06/24.

Alteração ao Regulamento do Programa de Apoio ao Movimento Associativo

«Artigo 10.º

Projectos de arquitectura

1 — O MVFX poderá compartilhar os custos com projectos técnicos de arquitectura e engenharia necessários à construção, remodelação ou conservação de instalações do Movimento Associativo, desde que os respectivos trabalhos tenham merecido aprovação no âmbito da alínea b) do artigo anterior.

2 —

Artigo 12.º

Valores da participação

1 —

2 — As entidades candidatas caberá sempre uma participação mínima de 5 % sobre o valor considerado.

3 —

4 —

5 —

a)

b)

Artigo 13.º

Obras co-financiadas da administração central

1 —

2 — Caso decorra um prazo de 3 anos após a deliberação da participação Municipal sem que os trabalhos tenham início ou seja ultrapassado o prazo previsto pela Administração Central no âmbito da candidatura; ou após o início dos trabalhos estes sejam interrompidos por um período de três anos, o Município poderá deliberar a cessação desse apoio.

Artigo 15.º

Valores da participação

1 — As obras co-financiadas pela Administração Central poderão ser compartilhadas pelo MVFX até 25 % do valor considerado pela